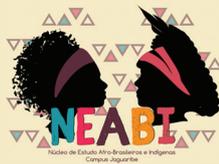


RELATÓRIO

III Encontro para Estudos
Afro-brasileiros e Indígenas
do IFCE



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Jaguaribe

RELATÓRIO

III Encontro para Estudos
Afro-brasileiros e Indígenas
do IFCE

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Ana Gláudia Vasconcelos Catunda - Professora do curso de Ciências Biológicas/
integrante do NEABI Jaguaribe
Cristiane Sousa da Silva - Professora e Coordenadora do NEABI /Jaguaribe
Daniel Ferreira de Castro - Chefe do Departamento de Extensão Social e Cultural
da Pró-reitoria de extensão do IFCE
Ernny Coelho Rêgo - Assistente Social da Diretoria de Assuntos Estudantis do
campus Jaguaribe/ Secretária do NEABI Jaguaribe
Guilherme Júlio da Silva - Intérprete de Libras da Pró-reitoria de extensão do
IFCE
Hellenvivan de Alcântara Barros - Pedagoga da Pró-reitoria de Extensão do IFCE
Luan do Carmo da Silva - Professor e Vice-Coordenador do NEABI/Jaguaribe
Maria Efigênia Alves Moreira - Diretora de Ensino do campus Jaguaribe/
integrante do NEABI Jaguaribe
Patrícia Fernandes de Freitas- Assistente Social da Pró-reitoria de Extensão
Rafaela Sampaio de Oliveira- Assistente Social Itapipoca
Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira - Psicóloga da Diretoria de Assuntos
Estudantis do campus Jaguaribe/ integrante do NEABI Jaguaribe

Arte gráfica e diagramação

Diego de Castro

Comissão Cultural

Francisco Ginueldo da Silva Pereira - aluno do curso de Ciências Biológicas/
integrante do NEABI Jaguaribe
Izaías Lopes da Costa Neto - aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante
do NEABI Jaguaribe
Jonh Mateus Saldanha Pereira - aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante
do NEABI Jaguaribe
José Wellington B.A.Júnior - professor de Artes / integrante do NEABI Jaguaribe
Josefa Nayane da Silva Medeiros - aluna do curso de Ciências Biológicas/
integrante do NEABI Jaguaribe
Maria Vanessa Pereira - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do
NEABI Jaguaribe
Míriam Rebouças Nunes - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do
NEABI Jaguaribe

Comissão de Divulgação

Domingos Juvenal Nogueira Diógenes - Auxiliar em Administração campus
Jaguaribe/ integrante do NEABI Jaguaribe
Leticia Duarte Silva - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI
Jaguaribe
Rodrigo Alencar Brasil - Técnico em Audiovisual campus Jaguaribe/ integrante
do NEABI Jaguaribe

Comissão de Infraestrutura

Claudia de Medeiros Lima - Pedagoga do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Eduardo Chaves Dantas - aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Géssica Morgana de Souza Jucá - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Juliana Cezário da Silva - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Guilherme Júlio da Silva - Intérprete de Libras da Pró-reitoria de extensão do IFCE
Hellenvivian de Alcântara Barros - Pedagoga da Pró-reitoria de Extensão do IFCE
Luan Gomes Lemos - aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Nádyá Brito Gurgel Correia Dutra- Professora de Literatura/ integrante do NEABI Jaguaribe
Paula Dayane Diógenes Granja - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Rafael Douglas Diógenes- aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Rafael Souza Cruz - aluno do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Rita Carolina Gondim da Fonseca Jerônimo - Pedagoga do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Antônio Augusto Morais Feitosa - Comunidade Externa/ integrante do NEABI Jaguaribe

Comissão Financeira

Daniel Ferreira de Castro - Chefe do Departamento de Extensão Social e Cultural da Pró-reitoria de extensão do IFCE
Francisco Ismael de Oliveira - Professor do curso de Eletromecânica / Integrante do NEABI Jaguaribe
Viviane de Sousa Ferreira - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe

Secretaria

Francisca Natiele Barbosa Martins - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Larissa Fernandes Salvino - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Lorena Silva Oliveira - aluna do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe
Luciana de Freitas Patriota Gouveia - Professora do curso de Ciências Biológicas/ integrante do NEABI Jaguaribe

1. DADOS GERAIS

Local do evento: Jaguaribe

Total de campi participantes: Baturité, Boa Viagem, Camocim, Cedro, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Tauá, Umirim.

Total de participantes: 150 pessoas

2. APRESENTAÇÃO

A educação brasileira ainda é marcada pela desigualdade em relação ao quesito da qualidade de ensino e infelizmente o direito de aprender ainda não está garantido a toda a população brasileira. Uma marca dessa desigualdade refere-se principalmente ao aspecto racial. Alguns estudos relacionados a questão racial e a educação evidenciam os processos discriminatórios e de racismo que ocorrem nos sistemas de ensino, levando crianças, adolescentes, jovens e adultos à evasão escolar e como consequência um número diminuto de negros e negras chegam ao ensino superior do país.

Nesse sentido, a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001 é o grande estopim nos ganhos na esfera jurídica para a população negra, que, dessa forma, explora sua capacidade de incluir iniciativas concretas na política educacional e nas práticas escolares. Como resultado dessa nova atitude e postura política diante da questão racial, é aprovada a Lei nº 10.639/03, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, as instituições sociais estão chamadas a se posicionar contra o racismo – o movimento negro tem cobrado fortemente esse posicionamento –, e a escola é uma delas, sendo direito social e responsável pelo processo de formação humana.

Acredita-se que a superação do racismo e da desigualdade racial possibilitará transformações éticas e solidárias para toda a sociedade e permitirá o efetivo exercício da justiça social e da cidadania que respeite e garanta o direito à diversidade. Acredita-se, também, que esse processo poderá proporcionar uma reeducação social e cultural dos brasileiros no trato com a diversidade, questionando e problematizando o mito da democracia racial. Mas para que isso aconteça faz-se necessária a construção, na prática, de oportunidades e tratamento iguais para negros e brancos (GOMES, 2010, p.102).

Esse novo cenário, diante da questão racial, tem gerado insegurança e desconhecimento pedagógico por parte dos/as educadores/as e da própria escola, estendendo-os para o espaço não formal e para o ensino superior. Não podemos esquecer que a educação não se limita à escolarização; ela é um processo bem mais amplo, que constrói nossa humanização e que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, entre outros.

A ampliação do direito à educação e à democratização do acesso ao ensino básico, técnico e tecnológico por meio das políticas de ações afirmativas, possibilitam entrar para o espaço educacional sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados; sujeitos de conhecimentos, diante dessa realidade, eles chegam com seus desejos, demandas, corporeidade, valores e cultura, e passam a questionar os currículos colonizados e colonizadores exigindo mudanças de práticas e descolonização do currículo no ensino básico, técnico e tecnológico, no tocante aos conteúdos referentes à África e aos afro-brasileiros, há uma necessidade de mudanças de representação e de práticas pedagógicas em relação à discussão étnico-racial neste âmbito.

Após uma década de sua criação, entendemos que a lei 10639/03 precisa se atentar às diferentes formações de ensino, a partir disso, já se pode propor reflexões sobre história africana, cultura afro-brasileira devem ser somada ao debate de raça e racismo na sociedade brasileira. Para tal, diferentes áreas profissionais devem ser expostas às leituras e práticas que contribuam para uma sociedade sem desigualdades raciais e sem racismo.

Um dos itens que consubstancia a efetivação deste Evento diz respeito ao reconhecimento das identidades afro e indígenas entre discentes, docentes do IFCE e comunidade em geral, aos quais por meio do contato com a discussão proposta se sintam representados pela temática e busquem, quer seja em parceria com os NEABIs, quer seja por outros meios, formas de encaminhamentos para a compreensão sistematizada das relações historicamente construídas entre esses grupos e a classe dominante da sociedade brasileira. Ressalta-se que a condição de negro e indígena não diz respeito a uma questão biológica, mas está diretamente ligada a questões de cunho social, em especial no que respeita às diversas formas de racismo, discriminação e opressão pelas quais esses grupos foram sendo marginalizados.

É importante destacar ainda que, tal marginalização (estar a margem de) tem sido pensada como uma naturalização das relações sociais, desse modo, as discussões e atividades que moldam o Evento ora proposto visam possibilitar o desnudamento de tais formas de segregação e omissão em relação aos povos negros e indígenas tanto no âmbito da educação formal, em especial aquela ofertada pelo IFCE, quanto na sociedade em geral, nas relações cotidianas que tais sujeitos estão inseridos a partir de suas diferentes trajetórias formativas e vivenciais.

Espera-se alcançar meios de dar voz aos atores sociais silenciados, aqueles que não se fazem ser ouvidos, ou têm outras vozes falando por eles. Ao se descortinar as relações de opressão, almeja-se encaminhar formas de tornar o oprimido sujeito de sua história.

O I Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas aconteceu no campus de Baturité, o evento foi realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com os campi de Baturité e Caucaia e a Diretoria de Assuntos Estudantis do IFCE. De acordo com o relatório I Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (2015), teve um total de 15 campi envolvidos e 206 pessoas participaram do evento que aconteceu nos dias 18 e 19 de Junho de 2015. As discussões acerca da temática étnico-racial deram-se por meio de mesas redondas com os seguintes temas: Identidade e diferenças étnicas, culturais, territoriais e suas estratégias de abordagem social; Resistências, desafios e perspectivas no cenário indígena e quilombola no Ceará. Na ocasião do evento houve apresentações culturais, troca de experiências entre os campi, trilha na comunidade indígena Kanindé Aratuba e visita às comunidades quilombolas da Serra do Evaristo - Maciço de Baturité.

De acordo com o relatório, o a avaliação do I Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (2015) foi positiva, visto que, naquele momento foi fundamental para pautar a discussão das relações étnico-raciais na instituição por meio dos NEABIs, bem como partilhar experiências com outros campi, fomentando a necessidade da ampliação do debate das questões étnico-raciais no IFCE.

O III Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas aconteceu no campus de Jaguaribe. A implantação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas -

NEABI – foi instituída em Setembro de 2017, mas desde agosto deste mesmo ano já conta com o grupo de estudos sobre a questão étnico-racial.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) está voltado para ações afirmativas sobre África, Cultura Negra e História do negro no Brasil, pautado na Lei no 10.639/2003 e nas questões indígenas, por meio da Lei no 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Tem como objetivo promover a discussão das relações étnico-raciais nas mais variadas dimensões do ensino, pesquisa e extensão do IFCE.

Considerando a quantidade de NEABIs recém-instalados nos campi do IFCE, este evento tem como tema “Novos olhares sobre a questão étnico-racial no IFCE”, uma vez que se entende que a constituição de parceiras entre os diferentes Núcleos, assim como a entrada de novos pesquisadores acerca da temática nos quadros do Instituto, fomentará o aprofundamento do debate e possibilitará novos encaminhamentos para o que tem sido construído enquanto ações afirmativas para o acesso e permanência de negros e indígenas como discentes da instituição.

O Campus de Jaguaribe se propôs a sediar o Evento mesmo sendo um dos novos campi a contar com NEABI, que busca efetivar-se no âmbito do Instituto. A partir da organização de tal evento, e da visualização das instâncias superiores para os campi menores, e seus núcleos recém-implantados, pretende-se maior reconhecimento da pauta étnico-racial na instituição, principalmente entre os atores que a compõem.

Dentre as atividades desenvolvidas ao longo do evento, constam:

- Mesa-redonda por meio da qual debatemos a questão das ações afirmativas nos diversos âmbitos e setores da Educação Formal;
- Grupos de Discussão (GDs) a partir dos quais as discussões que permeiam a proposta do encontro puderam ser aprofundadas pelos participantes, assim como será o lócus privilegiado para a troca de saberes e experiências;
- Oficinas as quais possibilitaram aos participantes momentos de reflexão sobre a temática étnico-racial por meio de atividades, manuais e corporais, cheias de sentidos e significados para as culturas africana e afrodescendentes; Espaço-Cultura por meio do qual os participantes foram contemplados com apresentações de diversas naturezas, homenageando artistas negros consagrados, assim como encenações e histórias que remetem aos contos africanos e afro-brasileiros;
- Encontro Interno de Gestores dos NEABIs, espaço-tempo voltado para a discussão de aspectos ímpares no contexto de organização e funcionamento dos NEABIs já existentes e sobre a fundação de novos Núcleos em outros campi do IFCE. Dentre os aspectos que foram discutidos, pode-se destacar o Regimento Interno do NEABI no IFCE e os Instrumentais de/para pesquisa e atuação dos Núcleos;
- Espaços Abertos voltados para o reconhecimento das identidades e culturas africanas e afrodescendentes, por meio de diversas representações sociais presentes no cotidiano de parcela significativa da população brasileira, mas historicamente silenciadas pelos mais diversos meios e formas.

Todas as atividades do Encontro foram desenvolvidas durante dois dias, a saber, 30 e 01 de dezembro, durante os três turnos no primeiro dia e durante dois

turnos no segundo dia. Tais dias foram escolhidos, dentre outros aspectos, por sua proximidade com o Dia da Consciência Negra – data de extrema relevância para aprofundar as discussões sobre a temática afrodescendente no Brasil e sua implementação nos espaços-tempos da Educação Formal, assim como para o reconhecimento e reflexão acerca do racismo enquanto prática historicamente instituída no mundo e na sociedade brasileira como forma de segregação e discriminação da maior parte da população do país.

3. RELATOS DOS MOMENTOS

3.1- 1º Dia- 30/11/20107 - Manhã

Abertura

A solenidade iniciou com a formação da mesa de abertura composta pelo diretor do campus Jaguaribe Izamaro de Araújo, Cassius Moura vice-prefeito da cidade de Jaguaribe, Maria Efigênia Alves Professora e Diretora de Ensino do campus Jaguaribe, Ana Gláudia Catunda professora e coordenadora de Extensão e Pesquisa do campus Jaguaribe, Hellenvivan de Alcântara Barros pedagoga da PROEXT, Cristiane Sousa da Silva professora e coordenadora do NEABI Jaguaribe.

A fala dos componentes da mesa foi, em geral, sobre a importância do evento e sobre o início da discussão e estudos do tema no IFCE e no município de Jaguaribe. Na oportunidade, foram chamados todos/as integrantes do NEABI Jaguaribe que diretamente contribuíram para a construção e realização do evento.



Foto 1: Fala de Hellenvivan (representante da Proext)
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 2: Boas vindas por Cristiane Sousa
Fonte: Rodrigo Brasil

Após a mesa de abertura, os participantes foram convidados a se dirigir para o pátio do campus, onde foi apresentado a esquete "TEIAS DE ANANSI: REPENSANDO O RACISMO INTERNALIZADO", sob supervisão da professora Liliana Matos, do campus de Fortaleza, e encenado pelo ator e aluno do IFCE/ Fortaleza Pedro Henrique de Oliveira.



Foto 3: Apresentação da Esquete
Fonte: Rodrigo Brasil

A esquete vem trazer à tona questões fundamentais para pensarmos sobre o mito da democracia racial e sobre a naturalização do racismo na nossa sociedade. Fez uma reflexão sobre vivermos na sociedade brasileira, fato que nos leva a acreditar no mito da democracia racial. Paralelo a isto, introjetamos a existência da hegemonia branca, segundo a qual corpos alvos tomam conta dos lugares de poder.

Carregamos em nosso discurso, até hoje, expressões que embranquecem nossas ideias a tal ponto de nos acostumarmos e não questionar os valores sociais impostos.



Foto 4: Teia de Anansi
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 5: Representação Teia Anansi
Fonte: Rodrigo Brasil

Turvam a negritude da população negra para melhor serem aceitos. Tornamos comum a hiper-sexualização dos corpos negros, principalmente de mulheres negras que, sob o olhar do colonizador, são consideradas mulatas “tipo exportação”.

O intuito desta ação é refletir sobre o nosso discurso, no qual o racismo é naturalizado. Que palavras deixamos concretizar-se fora de nossas bocas? A que custo nos fingimos de surdos? A quanto tempo nossos corpos são marcados pelo menosprezo e desdém? Esta ação performática lança novos olhares sobre o que foi dito, para desdizer o ato falho. Assim como Anansi vai criando possibilidades de narrar as histórias do mundo, nós, negros e negras, griot’s urbanos, devemos ser tão “aranha” como ele. Traçando o nosso olhar a partir do nosso discurso. É preciso queimar a seda branca de vossos olhos para que sua íris ganhe outras tez. É preciso fazer do corpo chama líquida para que derreta as crostas do cárcere da branquitude. É preciso envenenar-se, beber das limitações para assim ocorrer a metamorfose.



Foto 6: Preparação para queimar os preconceitos
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 7: Entrega de discurso para ser queimado
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 8: “Queimando” os discursos preconceituosos
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 9: Ciranda
Fonte: Rodrigo Brasil

3.2 - 1º Dia - 30/11/20107 - Tarde - 13:30 às 16:30**MESA REDONDA****RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS: DESAFIOS E AVANÇOS PARA A EDUCAÇÃO.****Relator:** Domingos Juvenal Nogueira Diógenes**Mediador:** Dimas Catai / IFCE - NEABI campus Cedro**Debatedor(es):** Carolina Maria Costa Bernardo / UNILAB

Ivan Costa Lima / UNILAB

Raimunda Sonha Nobre Silva dos Santos / UVA

A mesa redonda abordou a temática “Relações étnico-raciais e ações afirmativas: desafios e avanços para a educação” e teve como mediador o professor mestre Dimas Catai do IFCE / campus Cedro. Participaram como debatedores, durante as intervenções, os professores doutores Carolina Maria Costa Bernardo e Ivan Costa Lima, ambos da UNILAB, e a professora especialista Raimunda Sonha Nobre Silva da UVA. O expositor optou por fazer uma apresentação em que cada debatedor teve o tempo de 30 (trinta) minutos. Logo após foi aberto momento para perguntas da plenária.

Professor Doutor Ivan Costa Lima / UNILAB: iniciou abordando o contexto histórico da chegada dos negros escravizados no período do Brasil Colônia, mostrando que os africanos trazidos para o Brasil faziam parte de uma sociedade desenvolvida e com conhecimentos próprios. Como exemplo, citou o uso da tecnologia do trabalho na agricultura utilizado como fonte de extração para enriquecimento dos colonizadores. Acrescentou que a formação os quilombos é percebida como resistência social e política ao processo de escravização a que os povos africanos foram submetidos. Portanto, não há como perceber a contemporaneidade dessa população negra sem antes perceber todo o processo histórico que envolve a posição social, cultural e política imposta a essa população. Mostrou que o Estado brasileiro apresentou ações que tentavam evidenciar que o País não tem postura discriminatória, e em contraposição a essa tentativa de postura não discriminatória, o debatedor apresentou legislações que vinham, na verdade, como mecanismos de coerção e controle à população negra. Ademais, apresentou organizações que mostravam que a discriminação no Brasil estava mascarada, e necessitava de ações para superar a marginalização que foi imposta ao povo negro. Citou, Portanto, a Frente Brasileira Negra. Aliado a isso, apontou o surgimento de pesquisas acadêmicas que referenciaram políticas públicas de atendimento à população negra. Afirmou que na Constituição Federal de 1988 foi instituído o racismo como crime. A partir da década de 1990, o Estado reconheceu a existência do racismo e que, portanto, necessitaria serem pensadas políticas públicas de enfrentamento à discriminação racial, social e cultural ao negro. Mostrou que as cotas de acesso ao ensino superior eram questionadas pela imprensa nacional, mas a UNICAMP, em relatório, descreveu que as cotas possibilitaram, além de um ‘bônus extraordinário’, um grande ‘enriquecimento acadêmico’. Contrariando, assim, a imprensa.

Professora Doutora Carolina Maria Costa Bernardo / UNILAB: iniciou dizendo que iria fazer sua abordagem a partir de ‘notas para reflexões’ que considera importantes para debate e reflexão. Introduziu sua fala com o questionamento: Para

quem são as cotas? e apresentou as definições aprendidas na escola para miscigenação do povo brasileiro, como mulato, cafuzo, mameluco/caboclo, preto, pardo, amarelo, indígena e branco, e concluiu que, por exclusão, a maioria do povo brasileiro identifica-se com o termo 'pardo'. Acrescentou: "o povo brasileiro não sabe quem é". Ainda, que as cotas sirvam para inserir o povo negro nos lugares de poder, dentre eles a universidade. Esclareceu que a população negra é excluída por seus traços fenotípicos, por marcas identitárias, mas a autoinclusão nessa população acontece, principalmente, por pertencimento. Apresentou alguns teóricos que trabalham a temática das relações étnico-raciais, como a construção de identidade, dentre eles: Goffman, Ciampa e Iñiguez. Tratou do racismo institucional e estruturante que permeia as famílias brasileiras, sendo considerado por pesquisadores como uma psicopatologia, que traz complexos e neuroses. Enfatizou que a atual posição em que se encontra a população negra deve-se às políticas públicas que foram promovidas, em sua maioria, pelo Estado brasileiro, e exemplificou ue hoje há leis que descolonizam os currículos escolares, como as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, e leis que promovem o enegrecimento institucional, como as Leis n.º 12.990/2014 e n.º 12.771/2012.

Professora especialista Raimunda Sonha Nobre Silva dos Santos / UVA: iniciou sua abordagem dizendo que trataria da trajetória histórica do indígena no Brasil e no Ceará. Questionou aos presentes se havia algum que se reconhece como índio, e concluiu que o autorreconhecimento diz respeito à identificação com os movimentos e as lutas em defesa dos povos indígenas, ou seja, são mais do que marcas identitárias e do que identificação com a cultura. Mencionou que, apesar de não possuir publicações sobre o assunto, possuía muitos anos de vivência com os povos indígenas, a partir de sua atuação como representante técnico junto ao Conselho Estadual de Educação nas aldeias, desenvolvendo atividades de fiscalização às escolas dessas aldeias. Informou que houve um momento em que o Conselho determinou que o Estado deveria emitir certificados de ensino médio aos índios, e, em consequência emancipatória, os índios, lutaram pelo acesso ao ensino superior mediante convênio com a Universidade Federal do Ceará, por um período de 6 (seis) anos tendo levado, também, um curso de formação de professores e de gestão escolar às aldeias. Enfatizou que os índios têm organização social própria e defendem a cultura de seu povo, exemplificando que os cargos sociais exercidos na aldeia têm seus ocupantes escolhidos pelo cacique e pelo pajé, pois entendem que o cargo pertence ao povo local. Concluiu apresentando produções acadêmicas de povos indígenas proveniente desse período de 6 (seis) anos.



Foto 10: Expositores da Mesa Redonda
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 11: Exposição Maria Carolina Costa - UNILAB
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 12: Explicação Professor UNILAB
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 13: Explicação Professora Sonha
Fonte: Rodrigo Brasil

Perguntas e Respostas

P1: informou que em 2009 foi promulgada uma lei na qual garante que 30% dos recursos destinados à aquisição de itens da merenda escolar devem ser gastos com produtos da agricultura familiar, do povo indígena e quilombolas. Porém, nas instituições federais não é aplicado dessa forma, pois desse recurso, 70% é gasto por licitação e os 30% restante são devolvidos à União. Essa lei é de conhecimento dos povos indígenas e quilombolas?

R1: Professor Ivan: o docente contextualizou que algumas comunidades quilombolas conhecem a Lei e sabem da importância de participar de políticas desse gênero, pois pretendem gerar renda por meio da comercialização de seus produtos excedentes. Entretanto, acrescentou que muitas vezes o que ocorre é a falta de comunicação entre as entidades governamentais (União, estado e municípios) e essas comunidades.

R2: Professora Sonha: a docente expôs que há o conhecimento da lei e que

na aldeia dos Tremembés são comercializados peixes e mandioca. Porém, em determinadas épocas, há escassez desses alimentos, pois a relação do índio com a terra difere da relação que os homens do mundo externo mantém com a terra. Enquanto este mantém relação de especulação, aquele mantém relação de sustentabilidade.

P2: Questionou sobre quais seriam os riscos que o conceito de ‘tom de pele’ impõe ao negro e quais são os lugares dados ao negro cotista nas instituições públicas. Ainda indicou que, para outros momentos de discussão, fosse debatido o tema: segurança alimentar para a população negra.

P3: Perguntou à mesa como vem sendo realizada a descolonização dos currículos escolares para as minorias (negros, classes sociais em situação de vulnerabilidade entre outros), considerando-se que, em sua opinião, a discriminação está mais relacionada com a situação econômica do que com a cor da pele.

P5: Indagou à mesa sobre quais leituras tinham feito sobre o ‘colorismo’, no que diz respeito aos diferentes tons de pele e qual a relação desse termo com as cotas para negros?

R: Professora Carolina: afirmou que a autodeclaração diz respeito à identificação, no sentido de poder se manifestar como negro em qualquer espaço social, não apenas para fazer valer um direito ou se beneficiar de alguma forma, desvencilhando-se de conveniências impostas. “Dizer que é negro em qualquer lugar; poder se posicionar em qualquer lugar”. Acrescentou ainda que as cotas estão relacionadas a uma questão de cor e não de pertencimento a uma classe social, pois independentemente da classe social, o negro sofre com a discriminação e o racismo.

P4: Solicitou à mesa uma reflexão acerca dos currículos dos cursos de pedagogia, sobre as questões étnico-raciais na formação do professor.

R: Professora Sonha: a professora respondeu que, segundo sua experiência com o curso Movimento Indígena Tremembé Superior (MITS), a base curricular adotada é a sabedoria indígena e não a literatura da sociedade envolvente (o homem do meio externo).

P6: Informou que concorreu como cotista no último concurso público do IFCE e que gostaria de saber como se deve seguir a proporcionalidade entre ampla concorrência e cotista, na chamada do concurso.

R: Professor Ivan: respondeu que é notória a importância política das cotas, porém as instituições possuem autonomia institucional de estabelecerem como será realizada a chamada dos candidatos. Entretanto, caso o edital seja omissivo em relação a essa proporcionalidade, cabe a aplicação da Lei n.º 12.990/2014.

P7: Questionou à mesa como o IFCE pode trabalhar as questões étnico-raciais para além da sala de aula.

R: Professor Ivan: o professor informou que atualmente há muitos debates acontecendo no Ceará, e apontou que o caminho para o IFCE é estreitar as relações com outras instituições que já discutem a temática em questão.

P8: Perguntou qual a situação socioeconômica atual dos índios Tapebas no município de Caucaia.

R: Professora Sonha: a professora afirmou que a pior situação socioeconômica dos indígenas é a da tribo Tapeba, em função do conflito pela posse de terras na região. Ocorre que os conflitos entre Tapebas e proprietários de terra, os quais detêm poder político e econômico, sendo sempre beneficiados pela posse judicial da terra, enquanto os indígenas necessitam recorrer à justiça para garantir a posse de suas terras, o que resulta que os processos judiciais perdurem por muitos anos.



Fotos 14 e 15: Debate
Fonte: Rodrigo Brasil



Fotos 16 e 17: Debate
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 18: Encerramento dos trabalhos da Mesa Redonda
Fonte: Rodrigo Brasil

3.2 - 1º Dia - 30/11/20107 - Tarde - 16:45 às 18:30hs

GRUPO DE DISCUSSÃO 01 - Cultura Juvenil Negra

Relatores: Juliana Cezario da Silva e Jonh Mateus Saldanha Pereira

Público Presente: 25 pessoas

Mediadores: Mestranda Laelba Silva Batista - UFC

A professora iniciou o grupo de discussão com uma música de apresentação. Posteriormente, Laelba comentou sobre a sua participação e ainda convidou um

colega para ajudar na mediação. Houve uma apresentação das participações com a música aprendida. O colega convidado pela mediadora chama-se Luciano, ligado ao uso do hip hop como forma de afirmação negra.

A mediadora iniciou a discussão com uma dinâmica, onde os participantes deveriam descrever o que é juventude em uma palavra, sendo que algumas palavras se repetiram e estas, por sua vez, foram anotadas no quadro: revolução, diversão, experiência, determinação, ação, coragem, luta, sonho, liberdade, mudança, alegria, futuro, criativo, escolhas, espontâneo, dentre outras. A discussão seguiu falando-se sobre o olhar da sociedade, sob o qual o jovem é visto de forma negativa e torna-se um problema social, tanto para a sociedade como para o próprio governo, que pouco investe para o público jovem. Isso é a principal causa da atitude contestatória dos jovens, que clamam por mudanças e querem ser protagonistas e/ou decisivos destas. Ainda foi discutido sobre como o governo investe nas escolas para formar mão de obra barata e não cidadãos críticos ou atores das revoluções. Atitude típica de um sistema capitalista. Foi abordado ainda sobre a ausência do jovem na política.



Foto 19: Fala da mediadora
Fonte: Rodrigo Brasil

Outro ponto foi a falsa sensação da implementação das metodologias educacionais para a resistência negra. Dessa maneira, o hip hop entra como uma forma de resistência, de denúncia e contestação, através da arte, música, dança e grafite, mostrando uma realidade geográfica, revelando as mazelas da marginalização excludente, que recebem títulos negativos (marginal, bandido, etc.). Dando continuidade sobre a realidade nas periferias, falou-se sobre a sororidade (união feminina) bastante praticada entre as mães, onde uma cuida dos filhos de outra, na perspectiva de se colocar no lugar de outra mulher, como forma de promoção do poder feminino.

A naturalização das mortes nas periferias é gerada principalmente pela pobreza, com ênfase principal na comunidade negra, onde lhes são atribuídos socialmente dois caminhos possíveis: criminalização ou trabalhos inferiores, caracterizados como serviços de baixo cargo, comumente desempenhados pelas mulheres nas casas da burguesia; em raras exceções, encontra-se um negro em cargos mais altos, o que gera espanto e surpresa para as pessoas.

Luciano iniciou sua fala sobre a importância de um encaminhamento do GD (grupo de discussão), seguido do relato de sua experiência de inserção no hip hop, relatando que o negro não é visto nos espaços nem nos registros quantitativos dos campi; salientou ainda o quanto o rap é democrático para se abordar diversos

assuntos através da rima. Ele falou ainda sobre as referências dos jovens de periferia, onde o traficante é bem querido e o governo opressor. Ele compartilhou sua vivência no rap e como os jovens se sentem pertencentes às letras construídas.

O debate seguiu-se com o questionamento da participação do jovem na cidade de Jaguaribe, buscando conhecer qual o contexto social, ou seja, o que está acontecendo e quais são os grupos culturais presentes na cidade; durante esta discussão, foram apontados alguns grupos.

Dessa forma, foram sugeridas algumas demandas e/ou propostas, resultantes da discussão do grupo:

- Mapeamento dos coletivos de cultura negra nas cidades, dando visibilidade aos mesmos;
- Inclusão das manifestações de cultura negra no currículo dos Institutos Federais (IFs), trazendo os coletivos e discussões para dentro dos IFs;
- Criação de projetos semelhantes ao PIBID nos IFs, advindos dos NEABIS;

Por fim, Laelba ainda discutiu sobre a representatividade de pessoas negras nos espaços públicos, como professores dentro dos institutos federais.

GRUPO DE DISCUSSÃO 02 - Produção do Conhecimento sobre Relações Étnico Raciais

Relatores: Francisca Natiele Barbosa Martins e Paula Dayane Diógenes Granja

Público Presente: 31 pessoas

Mediadores: Me. Adriano Ferreira - UFC e Me. Dimas Catai - IFCE/Cedro

O debate iniciou-se com a apresentação dos participantes, tendo como mediadores o Me. Dimas Catai e o Me. Adriano Ferreira. Logo após foram exibidos três vídeos, com intuito de sensibilizar os participantes sobre a temática abordada. A proposta do debate era envolver alunos, professores e servidores na luta contra o racismo.

O professor Dimas pontuou as dificuldades de ser negro e estar inserido como aluno ou servidor em uma instituição federal.

Durante o debate abordou-se o alto índice de genocídio na população negra do Brasil, tendo como principal grupo jovens negros entre 15 e 29 anos, mortos por arma de fogo. Foram expostos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada) sobre a violência no Brasil, mostrando que a cada 100 pessoas assassinadas 71 são negras. Apesar disso, parte dos brasileiros negam a existência do racismo, associando relatos de pessoas discriminadas com expressões como vitimismo e/ou “mimimi”.

Abordou-se também o racismo institucional, salientando-se a omissão por parte do estado ou instituição. Em seguida, o professor Dimas deu exemplos de discriminação negativa, evidenciada quando a pessoa negra é chamada de macaco, e discriminação positiva, evidenciada pela política de cortes.

O professor Dimas apresentou slides como gráficos e atlas da violência do Brasil em 2017; reportagens de sites; percentual de magistrados negros no ano de 2013; penas de pessoas negras, sempre maiores; salários dos negros, inferiores; e o maior índice de violência, contra mulheres negras.

O professor Adriano iniciou citando a educação como ferramenta para combater o racismo. Logo após, fez referência à Lei 10.639 de 2003, que diz que a história do povo negro deve estar inserida em todos os níveis de educação. O professor fez uma crítica de como essa lei é aplicada nas escolas, apenas no dia da consciência negra, comemorada em 20 de novembro. O mesmo relatou sua experiência na universidade, pelo fato de cursar história e a lei já existir, onde nenhuma disciplina abordava a temática.

Pontuou-se também a falta de estímulo do governo a movimentos étnicos raciais e que o professor precisa utilizar-se de táticas para colocar essa temática em seus conteúdos.

Os mediadores deram oportunidade para que os participantes sugerissem propostas a serem implementadas no IFCE. Tais propostas, foram:

- Formação de professores sobre a temática (em forma de debates, FICs, entre outros);
- Criação de eventos acadêmicos como oficinas de capoeira, maquiagem, danças, voltadas para as questões raciais;
- Criação de uma atividade fixa do NEABI ou da temática no Universo IFCE;
- Criação de uma revista dos NEABIS, para publicação de trabalho de professores e alunos, com acesso online.
- Formação de um acervo com a temática;
- Investigação da formação dos professores, PUD's e das disciplinas optativas;
- Investigação sobre os próprios NEABIS;
- Firmar parcerias com as instituições do interior frente à pesquisa.

Finalizou-se a discussão com a indicação de livros e filmes sobre a temática.

GRUPO DE DISCUSSÃO 03 - Gênero e Raça

Relatores: Lorena Silva Oliveira e Larissa Fernandes Salvino

Público Presente: 33 pessoas

Mediadores: Dra. Rafaella Florêncio - IFCE/Camocim e Me. Rafael Carneiro - IFCE/Boa Viagem

Inicialmente, realizou-se uma dinâmica na qual cada participante iria fazer uma reflexão sobre o seu eu, e outra pessoa iria ler e descobrir quem o descreveu a partir das características expostas, a fim de estabelecer um maior e melhor entrosamento entre os participantes. Após a dinâmica, a palestrante Rafaela iniciou

sua fala relatando a importância dessas discussões e eventos para enriquecer o conhecimento sobre estes assuntos. O debate foi aberto e alguns participantes relataram conflitos que ocorreram durante sua vida pelo fato de sua opção sexual.

Ao decorrer da discussão, um participante expôs uma crítica ao tema do GD, pois acredita que o termo raça seja inadequado para se falar sobre ser humano. Durante o debate, vários termos genéticos foram citados: genes, cromossomos, variabilidade genética, etc., na tentativa de explicar a homossexualidade e a diferenciação da cor; no entanto, os participantes e os palestrantes chegaram ao consenso de que o assunto em questão era difícil para se estabelecer uma caracterização fixa. Salientou-se ainda a necessidade e respeito sobre a diversidade de gêneros e o déficit de representantes negros, homossexuais e indígenas no meio artístico e político. Além de racismo e homofobia, o tema machismo foi levantado, dando maior ênfase ao machismo masculino, sendo que ideias como: homem não chora ou não deve ser romântico acabaram sendo desconstruídas ao decorrer da discussão.

Por fim, a palestrante pediu para que os participantes elaborassem propostas para serem levadas à reunião e encontro de gestores do NEABI. As propostas sugeridas foram:

- Criação de um evento voltado ao empoderamento feminino, com ênfase na percepção da sociedade perante a participação da mulher;
- Criação de eventos similares, voltado ao público LGBT.



Foto 20: Participantes da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil

GRUPO DE DISCUSSÃO 04 - Religiões de Matrizes Africanas

Relatores: Mírian Rebouças e Rafael Souza Cruz

Público Presente: 20 pessoas

Mediadores: Me. Alan Passos - IFCE/Cedro

O grupo de discussão abordou a temática sobre religião de matrizes africanas, tendo como mediador o Me. Alan Passos. O mediador iniciou falando como instituíram-se as religiões africanas no Brasil, trazendo uma questão a fim de se chegar em um consenso sobre como se trabalhar as matrizes africanas com os etno-raciais, e os ouvintes se manifestaram trazendo exemplos de disciplinas aplicadas no campus Jaguaribe, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Essas aplicações podem ser vistas nas disciplinas como a Etnobiologia, através do estudo das histórias

de diversas religiões como o Candomblé, Nagô, Ketu, Iorubá e Orixás. O mediador complementou que africano é uma abstração e que se deve desvincular essa fala, pois se trata de uma religião tradicional, onde cada povo cultua suas próprias ideias.

Posteriormente, veio à tona a discussão sobre a macumba, questionando se a mesma seria um dialeto popular, feitiço ou um instrumento. O mediador respondeu que a macumba é um instrumento usado num ritual.

Outra pergunta foi referente ao porquê da religião africana ser vista como religião do diabo. Dessa forma, o mediador explicou que antigamente prestavam-se cultos aos seus ancestrais, com a particularidade, de que cada povo cultuava seu ancestral, como por exemplo, Iemanjá e Oxum, o que resultou nos mitos sobre as religiões africanas. O mediador explicou ainda que a entidade interagiu numa relação interpessoal com seus clientes e pacientes, e que as entidades ainda faziam prescrições médicas, podendo desenvolver curas; entretanto, também causavam malefícios aos próximos.

O tabu do sangue foi questionado em relação aos sacrifícios de animais no candomblé, ritual este que é repudiado por muitas outras religiões, e que para eles é a exaltação de determinada entidade, sendo hoje um dos temas mais criticados pela sociedade de maioria católica, explicando também que não se pode chegar a uma determinada religião sem antes fazer uma explanação sobre a escravidão como pontapé inicial para estabelecer as origens de determinadas matrizes religiosas.

Seguindo as pautas, foi colocada a questão de que a política fecha os olhos para tipos de bruxarias aplicadas nas cidades, fato esse que deveria ser repugnado pela própria política, ao invés de realizar atos monstruosos ocorrerem nas demais localidades de determinadas cidades. O mediador mostrou imagens de tragédias ocorridas em algumas cidades do Brasil, onde traficantes de drogas que invadiram terreiros e quebraram tudo, desrespeitando todos e ameaçando-os de mortes, só pelo fato de estarem fazendo seus rituais e adorando seus deuses. Em seguida, surgiu uma pergunta sobre o significado do uso da cor branca nos cultos. O mediador disse que representava o plano espiritual. O mesmo finalizou o debate ouvindo o que se esperava da discussão e apontando alguns fatos vivenciados.

Como indicação de propostas geradas na discussão:

- Promoção de mais debates públicos que contemplem a participação de alunos e professores, tanto dos institutos como das escolas das localidades dos IFCE's, a fim de desenvolver projetos de pesquisa e extensão sobre a presença dos cultos de matrizes africanas no Ceará nas localidades dos campus do IFCE, estimulando reflexões de respeito às diversas religiões.



Foto 21: Plenária do DG
Fonte: Rodrigo Brasil

3.3 - 1º Dia - 30/11/2017 - Noite - 18:40 às 20:40hs

ESPAÇO CULTURAL - Auditório **Musicalidade Afro-brasileira: Choro e Samba**

O professor de música José Wellington Borges Araújo Júnior do campus Jaguaribe, preparou uma apresentação voltada para dar visibilidade aos grandes compositores/as negros/as da música brasileira. No repertório, obras de Pixinguinha, Cartola, Vinícius de Moraes, Baden Powell, Sandra de Sá, Juçara Marçal e Elza Soares. Antes de cada música foi apresentado um pouco da vida dos compositores. Logo após esse momento, houve interpretação, por parte das integrantes do NEABI, Josefa Nayane da Silva Medeiros (aluna do curso de Ciências Biológicas) e Raquel Nepomuceno (Psicóloga da Diretoria de Assuntos Estudantis do campus Jaguaribe).



Foto 22: Apresentação musical
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 23: Apresentação musical
Fonte: Rodrigo Brasil

3.4 - 2º Dia - 01/12/2017 - Manhã - 08:20 às 11:40hs

OFICINA 01 - Autoestima e Valorização da Beleza Negra

Relatora: Viviane de Sousa Ferreira

Público Presente: 26 pessoas

Mediadores: Me. Cristiane Sousa – IFCE/Jaguaribe / Me. Raquel Nepomuceno – IFCE/Jaguaribe / Rodrigo Brasil – IFCE/Jaguaribe

A oficina “Autoestima e Valorização da Beleza Negra”, mediada pelos Me. Cristiane Sousa, Me. Raquel Nepomuceno e Rodrigo Brasil, iniciou-se às 08:20hs.

Deu-se início com a Me. Raquel Nepomuceno, a qual solicitou à turma que fizessem uma breve apresentação. Sendo assim, a mesma iniciou a apresentação falando sobre sua formação e jornada no IFCE – Campus Jaguaribe. Ela falou um pouco sobre as atividades desempenhadas na instituição, enfatizando a existência do grupo “Autoestima, Gênero e Sexualidade”. Dessa forma, ela informou sobre o grupo e sobre a criação futura de uma nova turma. Em seguida, iniciaram-se as apresentações dos demais participantes, sendo em sua maioria alunos (as) do próprio Campus.

Dando sequência as atividades, Raquel começou a discussão sobre os procedimentos da oficina, no que se refere a etapa de maquiagem. Portanto, ela ressaltou que, para a oficina em questão, os participantes deveriam ter trazido seus próprios itens, uma vez que é adaptado ao seu próprio tom de pele. Entretanto, os mesmos não os trouxeram, informando que não tinham conhecimento dessa informação. Raquel também solicitou que fizessem relatos de suas experiências na procura, pelo comércio, de itens de maquiagem para pele negra. Dessa forma, foi relatado que é bastante perceptível e comum a dificuldade de encontrar materiais para pele negra. Corroborando com essas experiências, a Me. Cristiane Sousa relatou que é muito difícil encontrar materiais para pele negra, que sejam de baixo custo e de boa qualidade ou ainda que sejam condizentes realmente com o tom de pele negra. Muitas vezes, é necessário combinar diversos itens de maquiagens para se ajustar ao tom escuro (pele negra). Raquel fez ainda a fala de que realmente é difícil encontrar maquiagens exatas, que sejam perfeitamente “compatíveis” com determinado tom de pele, seja ele branco, negro, etc. Em seguida, ela começou a explicar diferenças entre tom e subtom, como também dicas de maquiagens. Foram citadas linhas de maquiagem, marcas, modelos de itens maquiadores para a negritude. Vale ressaltar que Raquel falou que maquiagem não define nem é sinônimo de perfeição. Para ela, maquiagem não define beleza, e a mulher não precisa estar maquiada para se sentir bonita e feliz, e que não se deve seguir padrões para se sentir “normal” ou esteticamente dentro das exigências da sociedade. Seguindo este pensamento, ela tentou sensibilizar as pessoas a se sentirem bonitas/belas do jeito que realmente são, como também se aceitarem e não cobrarem tanto de si mesmas, comparando-se a padrões estereotipados.

Já como proposição da temática do uso do turbante, a Me. Cristiane Sousa, relatou sobre a hierarquização do turbante na cultura africana e sobre sua diferente denominação na África, como também seu significado e sentido/finalidade diferenciados. Quanto à apropriação cultural do turbante, Cristiane relatou que não se trata de um acessório, e sim como um significado de autoestima pessoal e de emponderamento da mulher. A turma falou sobre suas experiências com o turbante, como também padrões de cabelo, situações constrangedoras devido ao tipo de cabelo, comportamento/estilo de cabelo. A professora Cristiane falou que para ela, o significado do turbante relaciona-se primeiramente com sua religião, onde o turbante recebe o nome de OJÁ. Ela ainda comentou que, para a construção do turbante, há diferentes amarrações e alguns truques. Relatou sobre a aceitação de se identificar como negra e como é importante a valorização da negritude. De acordo com seu relato, é importante o negro identificar-se como negro para sua construção pessoal e coletiva, considerando que uma vez que um negro se considera como tal, este servirá de inspiração e/ou modelo para a construção e aceitação de outros

como negros. Cristiane ainda ressaltou a importância do elogio como uma forma de valorizar e estimular a beleza e identidade, como também do emponderamento da negritude. Ela relatou a importância do turbante como autoestima e imposição da beleza negra na sociedade, além da importância do processo de transição, de construção de identidade negra, e, principalmente, de se ver e se declarar como negro. Foi comentado ainda sobre o perfeccionismo de cachos, uma vez que as mulheres idealizam e se detêm em um estilo de cabelos cacheados e/ou cachos já definidos. Que não deve haver essa alienação, muito menos se deter a um único e perfeito estilo de cabelo cacheado. Cristiane mostrou os tecidos que serão utilizados na oficina, sendo estes muitos e diversos.

Dando início às atividades práticas em si, Cristiane pediu para formarem duplas, cada qual com um tecido. Posteriormente, começou a demonstração, em si mesma, de como fazer o turbante. Em seguida, as duplas começaram a fazer turbantes entre si. Enquanto isso, Rodrigo ia fazendo fotografias. Foi explicado duas formas de fazer: uma, em que o cabelo fica para fora; e, a outra, em que o cabelo fica totalmente para dentro. Ainda foi mostrado/ensinado mais duas amarrações, associando dicas para facilitar a confecção do turbante.

Deu-se um intervalo às 10:20hs para os participantes lancharem. Retornando as atividades às 10:45hs, Raquel deu início às atividades de maquiagem (parte prática), mostrando breves explicações e dicas. Ela utilizou uma participante como “cobaia” para mostrar as técnicas e dicas de maquiagem. Durante o decorrer do processo de maquiagem, a mesma foi tirando dúvidas, dialogando e discutindo sobre técnicas, formas e produtos de maquiagem. Vale ressaltar, que durante o decorrer da oficina, Rodrigo realizava as fotografias, entre elas a fotografia de socialização final do grupo.



Foto 24: Automaquiagem
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 25: da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 26: Aprendendo a colocar o turbante
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 27: Grupo Participante da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil

OFICINA 02 - Narrativas Literárias: A Arte de Contar Histórias Africanas e Indígenas

Relatores: Josefa Nayane da Silva Medeiros

Público Presente: 10 pessoas

Mediadores: Efigênia Alves - IFCE/Campus Jaguaribe e Nádyá Gurgel - IFCE/Jaguaribe.

Aos dias 01 do mês de dezembro do ano de 2017 às 08:15hs, deu-se início a oficina de narrativas literárias mediada pela prof.^a Efigênia Alves, reunindo dez participantes.

A mediadora iniciou contando a história de uma cidade onde havia uma areia muito fina e gostosa para se pisar, motivo pelo qual todos os habitantes começaram a andar descalços. Porém, quando saíam para outras cidades, as outras pessoas não entendiam o porquê de tal costume e criticavam muito. Sendo assim, sempre que alguém necessitava sair da cidade, pediam sapatos ao velho sapateiro que não queria pagamento, só queria que quando voltasse, a pessoa o contasse por onde seus sapatos andaram. A partir desse ponto, a mediadora como forma de apresentação perguntou aos participantes: “por onde seus sapatos andam”, e todos falaram nome, origem e o que faziam. Logo em seguida, ela descreveu dicas para contação de histórias, abordando quem pode ser narrador, o que o mesmo pode fazer e o que fazer, explicando que cada narrador cria seu estilo, como também citou os diferentes estilos que existem. Pontuou os elementos que uma narrativa contém: intenção, gestos e ritmo. No momento seguinte, foi explicado que a origem de alguns contos históricos depende das culturas que os contam.

A mediadora propôs uma atividade de preparação para contar histórias, onde os participantes aqueceram a voz com alguns trava-línguas. Logo em seguida realizou-se uma dinâmica, onde a mediadora iniciou uma história e os participantes, um de cada vez, deram continuidade à construção da história. Esse momento foi proveitoso, pois aguçou a imaginação dos participantes.

Para finalizar, cada participante escolheu um conto e teve 40 minutos para leitura do mesmo. Após a leitura, cada um individualmente narrou o conto escolhido para o grupo e ao final foram escolhidos três contos para serem apresentados na plenária final. A oficina foi muito produtiva, uma vez que instigou nos participantes a arte de contar histórias, além de lhes apresentar a vasta quantidade de contos

indígenas e africanos. Foi encerrada às 11:30hs.



Foto 28: Resultado da Oficina da Plenária
Fonte: Rodrigo Brasil

OFICINA 03 - Memória e Resistência: Bonecas Abayomi

Relatores: Luan Gomes Lemos

Público Presente: 18 pessoas

Mediadores: Me. Luciana Patriota – IFCE/Campus Jaguaribe e Maria Vanessa Pereira – IFCE/Campus Jaguaribe

No início da oficina, a professora Luciana fez uma breve apresentação sobre o seu contexto histórico. Em seguida, a aluna concludente Vanessa fez uma apresentação sobre a sua participação e envolvimento no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI.

Posteriormente, foi realizado uma explanação sobre a história das bonecas Abayomi como também a sua origem, relatando como que as bonecas surgiram, uma vez que as mesmas carregam um grande contexto histórico africano e indígena.

As mediadoras apresentaram para o público o significado da palavra

Abayomi: *abay* = encontro, *omi* = precioso.

Em seguida, foi apresentado para o público a história do continente africano, relatando como ocorreram a migração dos povos africanos para outros continentes, como também foi explanado sobre as línguas, culturas costumes e tradições destes povos. A professora Luciana e a aluna Vanessa explicaram como se deu o surgimento da boneca Abayomi no Brasil que surgiram através de Lena Martins, uma artesã de São Luís do Maranhão, que também participava de movimentos de mulheres negras que buscam resgatar a cultura afro-brasileira. Como muitas pessoas no Brasil desconhecem a história sobre as bonecas Abayomi, compreende-se que com esse resgate pode-se perceber a valorização, o respeito, a cultura e preservação. As bonecas Abayomi também são muito utilizadas nas creches escolares para serem trabalhadas com crianças, pois assim, desde cedo as crianças irão criando e desenvolvendo atitudes de carinho, respeito, valorização e preservação da história dos povos africanos, aprendendo que a cultura africana está muito presente no Brasil.

As bonecas devem sim ser utilizadas nas escolas como instrumento de formação pessoal e política. Estas são produzidas completamente de pano (retalhos), sem cola ou costura, boca, nariz e não existe padrão.

Logo mais, foi apresentado o modo de confecção e preparação das bonecas, mostrando cada passo. Os participantes da oficina interagiram e se envolveram para os cortes dos tecidos que foram utilizados para a confecção das bonecas. Os participantes da oficina se empolgaram na hora de confeccionar as bonecas e se aglomeraram em volta das mediadoras. Para conter a ansiedade dos participantes, a professora pediu para que eles se sentassem que iria atender cada um individualmente em suas cadeiras, sempre dando dicas de como fazer uma boneca bem feita. Depois que fizeram a primeira parte, correspondente aos cortes, a professora entregou os tecidos e explicou as medidas básicas para fazer o look das bonecas.

Após a explicação das etapas de produção das bonecas Abayomi, a professora pediu aos participantes que colocassem as bonecas deitadas no chão, e que os mesmos também deitassem junto às suas bonecas. Ao final da Oficina, todos os participantes obtiveram conhecimento da valorização e da importância da cultura afro-brasileira, através da produção e confecção das bonecas, as quais foram levadas para casa pelos participantes. Para registrar o momento e finalizá-lo, foi realizada a fotografia em grupo.



Foto 29: História de surgimentos das bonecas
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 30: Resultado da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil

OFICINA 04 - África e Africanidades: Sentidos e Produção de Máscaras

Relatores: Rafael Douglas Diógenes

Público Presente: 13 pessoas

Mediadores: Francisco Márcio - IFCE/Campus Jaguaribe e Me. Luan do Carmo - IFCE/Campus Jaguaribe

Logo no início, o mediador Luan deixou claro que o objetivo da oficina era

dar outro olhar à arte africana, através das máscaras. Os participantes criaram as máscaras com orientação do Luan e do instrutor Francisco Márcio em duas etapas. No intervalo entre as etapas, o mediador abriu um espaço para discussões sobrepostas pela sociedade do embranquecimento social e do preconceito enrustido, apresentando dados da desigualdade social entre negros e brancos. Estes dados retratavam os seguintes assuntos: desemprego de homens e mulheres negras e brancas; quantitativo dos presos; a pouca representação de negros no cinema; o fato de Joaquim Barbosa, como presidente do judiciário brasileiro; como também o fato dos negros serem os chefes de família que mais recebem bolsa família e, ainda, o retrato e renda dos negros no Brasil. Foi retratado que que feminicídio de negras é maior que de brancas, como também a constatação de que os jovens negros são as maiores vítimas de homicídios e também o fato de que negros representam 54% da população, mas apenas 17% são ricos. Um participante citou que fez um estudo sobre religiões e descobriu que na região em que Jesus Cristo nasceu, haviam mais pessoas negras e foi citado também que de todos os santos do catolicismo apenas dois são negros. Os negros são a população com a maior taxa de desempregados e a educação reforça desigualdades entre brancos e negros. Sem falar que as mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica e são as mais atingidas pelo desemprego. Ainda dentre as temáticas apresentadas, foi discutido o motivo pelo qual as cotas raciais deram certo no Brasil.



Foto 31: Confeção das Máscaras
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 32: Pintura das Máscaras
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 33: Resultados da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 34: Grupo Participante da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil

OFICINA 05 - Corporeidade e Africanidades: Danças Africanas

Relatora: Mírian Rebouças

Público Presente: 21 pessoas

Mediadores: Rubéns Lopes

O mediador iniciou a oficina se identificando e relatando que o tema era o título de sua pesquisa. O mesmo relatou que aprendeu a dança em outro país, na região de Guiné, e que na cultura africana existem vários rituais de dança, citando exemplos: dança para aniversários, para batizados e para morte. Ele relatou ainda que se não houver a dança na hora da morte o espírito não passa para o plano espiritual. Posteriormente, o mediador mostrou uma imagem que apresentava duas senhoras com expressão corporal de uma dança, com vestimentas diferentes. Dessa forma, o mediador socializou uma pergunta aos participantes, indagando o que vinha à mente quando visualizavam a imagem. Alguns disseram que era expressão de alegria. Em seguida, o mediador mencionou que a dança a ser expressada seria de uma cultura diferenciada, de costumes que para muitos da cultura africana seguem mesmo sendo cristãos ou outro tipo de religião; entretanto, para o povo africano sua cultura é seguida independentemente da sua religião. Seguiu ainda mostrando os instrumentos que são usados e apresentou outra imagem com mulheres em uma posição de coreografia, mencionando que aquela posição significava o momento em que se chega ao ponto espiritual. O mediador apresentou um vídeo que mostrava a celebração do dia da África para os alunos perceberem como as danças são diferenciadas. Ainda mostrou outro vídeo com a dança de dudumba (dança dos ancestrais), uma dança da cultura africana de Guiné e exibiu outro vídeo gravado por ele mostrando os instrumentos que são usados.

Depois de mostrar um pouco sobre a cultura africana, o mediador pediu aos alunos para formarem uma roda, abrirem suas pernas, colocarem seus pesos nos dedos dos pés liberando o peso do calcanhar. Ele mencionou que poderia ser difícil, pois nosso cérebro é acostumado com os “apitos” do cotidiano. Dessa forma, ele pediu para os alunos fazerem posições, iniciando as expressões corporais com a dança de Cucu. O mediador citou que para acontecer a ligação com os ancestrais necessita-se de uma posição certa e expressão corporal correta. Posteriormente ao aquecimento com as expressões corporais, o mediador seguiu com a coreografia de celebração, solicitando aos participantes que escutassem as batucadas dos tambores antes de iniciar a coreografia, uma vez que ele explicou que para cada tipo de

celebração existem sons de tambores diferentes. Depois da coreografia, o mediador deu uma pausa, explicando os ritmos, posições, inclusive como são aprendidos os ritmos do cotidiano no Brasil. Explicou ainda que a dança de Cucu tocada durante o aquecimento é uma dança de agradecimento e que as mulheres africanas dançavam como agradecimento dos peixes que conseguiam. Depois explicou sobre a dança de disputa Guiné Faria e dançou as danças dos socos, mencionando autores que falam sobre a alacridade que são alegrias expressas através da dança. Em seguida, mostrou a dança Ianganti, explicando que é uma dança de paquera e que os africanos quando saíam para outras cidades voltavam mostrando para seus companheiros o que haviam aprendido fora de casa através da dança. Depois da explicação, o mediador reiniciou a coreografia de celebração, seguido de uma pausa e socialização com os alunos, envolvendo perguntas sobre o que eles estavam sentindo, se o corpo estava dolorido, se eles estavam sentindo a diferença. Muitos responderam que como não possuem o costume da dança realizada, o corpo sente a diferença e que uma vez que todas as partes do corpo se mexiam, a energia passada pelas coreografias os deixavam revigorados.

Dessa forma, o mediador finalizou relatando que as danças africanas trazem essa leveza e a representação das expressões em cada passo, diz o que está se passando e sentindo.



Foto 35: Oficina de Danças Africanas
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 36: Danças Africanas
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 37: Grupo Participante da Oficina
Fonte: Rodrigo Brasil

DISCUSSÃO DO REGIMENTO E OUTROS INSTRUMENTAIS DO NEABIS

Mediadores: Hellenvivan de Alcântara e Guilherme Julio – Proext

Participantes: Membros dos Neabis dos seguintes campi: Itapipoca, Umirim, Iguatu; Jaguaribe; Boa viagem; Cedro; Baturité; Juazeiro do Norte, Tabuleiro do Norte; Quixada e Tauá.

A discussão foi iniciada pelo regimento, onde os participantes questionaram os seguintes pontos:

- Falta de recursos para desenvolvimento de atividades do núcleo;
- A demora na emissão da portaria de criação do núcleo pelo diretor;
- O não cumprimento do regimento, principalmente quanto a questão de ter estrutura mínima para funcionamento;
- Vagas para bolsistas atuarem no núcleo sendo remunerados pelo campus;
- Coordenadores do núcleo com função gratificada;

Após a discussão desses pontos ficou decidido que as modificações deveriam estar no regimento e em seguida serem apresentadas no CONSUP.

Ainda foi apresentada de forma rápida os instrumentais de atendimento aos estudantes que se declararam pretos, pardos e indígenas, assim como o plano de atuação dos núcleos.

Este momento foi oportuno para os membros dos Neabis exporem suas dificuldades e potencialidades durante as ações do núcleo. Assim como mostrar a importância desse núcleo para inclusão dos povos indígenas, negros e quilombolas no IFCE.

3.4 - 2º Dia - 01/12/2017 - Tarde - 13:00 às 15:30hs

PLENÁRIA FINAL

Realizamos a plenária final no auditório do campus. Na oportunidade, foram

apresentadas as sínteses das discussões dos GD's, como vimos anteriormente.

Após a apresentação, Hellenvivan de Alcântara Barros (Pedagoga da PROEXT e Guilherme Júlio da Silva (Interprete de Libras da PROEXT) conduziram o momento para a escolha do campus que sediará o próximo IV Encontro, o único campus que se candidatou foi de Juazeiro do Norte, no entanto, não foi acertada a data para realização do evento.

Ao final, Hellenvivan de Alcântara Barros (Pedagoga da PROEXT e Guilherme Júlio da Silva (Interprete de Libras da PROEXT) agradeceram e elogiaram a organização do Evento e o empenho de todos para que o encontro pudesse acontecer).

No encerramento, foram apresentados produtos das oficinas de contação de História. Na ocasião, quatro pessoas realizaram a cotação de contos africanos, a partir do que aprenderam na oficina. E para finalizar, os alunos da oficina de danças africanas apresentaram uma performance.



Foto 38: Resultado da Oficina de Dança
Fonte: Rodrigo Brasil

4 - OUTRAS FOTOS (INTERAÇÕES E DESCONTRAÇÕES)



Foto 39: Servidoras e Estudantes do IFCE
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 40: Momento de Intervalos
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 41 e 42: Na Exposição
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 43: Preparativos Evento
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 44: Grupo de Estudantes
Fonte: Rodrigo Brasil

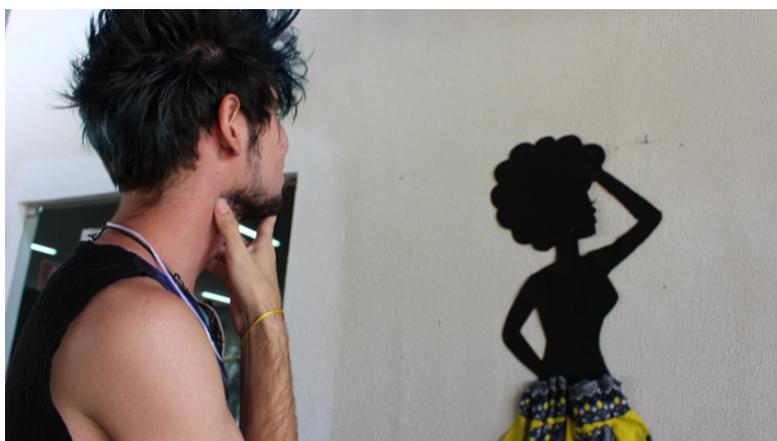


Foto 45: Olhar Sobre a
Representação da Mulher Negra
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 46: Plenária do Evento
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 47: Integrantes da
Organização
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 48: Plenária
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 49: Organizadores/as e Colaboradores/as do Evento
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 50: Palestrantes e Organização
Fonte: Rodrigo Brasil



Foto 51: Livros da Biblioteca de Jaguaribe
Fonte: Rodrigo Brasil



Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros e Indígenas
Campus Jaguaribe

